



Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

ANEXO I

1-DAS DEFINIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, da Lei n. 14.133/2021)

1.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS (RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, REMARCAÇÃO E REEMBOLSO, NA MODALIDADE MENOR VALOR POR PASSAGEM AÉREA).

1.2. Trata-se de procedimento de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de assessoramento, reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas, de caráter contínuo, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, a ser **CREDENCIADA** na modalidade **MENOR VALOR POR PASSAGEM**.

1.3. O prazo de vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, conforme exposto no art. 105 e 106 da Lei Federal n. 14.133

1.4. O serviço deverá ser prestado conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo:

PASSAGENS AÉREAS NO PAÍS				
SETOR	DESCRIÇÃO	VALOR APROXIMADO DAS PASSAGENS (IDA E VOLTA) PERÍODO DE 12 MESES	QTDE	VALOR MÉDIO (ANUAL)



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

Câmara Municipal de Urupá - RO	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS	R\$ 2.800,00	14	R\$ 39.200,00
Valor total: R\$ 39.200,00				

1.4.1. O valor estimado foi baseado no preço aproximado de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por passagem (ida e volta), no território nacional, especialmente para Brasília/DF, maior trecho a ser solicitado. A quantidade se dá em razão da estimativa de que cada vereador realize em média, 1 ou 2 viagens anuais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO *(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).*

2.1. Esta contratação visa o deslocamento dos parlamentares e servidores da Câmara de Urupá, a fim de atender compromissos fora da cidade, tais como reuniões, solenidades, treinamentos, palestras e seminários e demais eventos.

2.2. A escolha pelo transporte aéreo para trechos nacionais se justifica pelo ganho relacionado ao tempo despendido, à segurança do passageiro e ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento.

2.3. A contratação se faz necessária em razão da natureza das atividades legislativas, que frequentemente demandam viagens, especialmente para Brasília/DF, bem como para outras capitais e cidades do país, a fim de participar de reuniões, audiências, eventos institucionais e tratativas com órgãos da administração pública federal e estadual, visando à captação de recursos, apresentação de projetos e fortalecimento de parcerias que beneficiem o município.

2.4. A inexistência de contrato formal com fornecedores especializados pode comprometer a agilidade na emissão das passagens e inviabilizar o atendimento de demandas urgentes, comuns à rotina legislativa. Assim, a contratação de forma antecipada de agências ou companhias aéreas garantirá maior eficiência no atendimento, melhores condições comerciais,



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

flexibilidade de horários e segurança nas transações, assegurando a economicidade e a transparência no uso dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A solução compreende ao credenciamento de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais (reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso, na modalidade menor valor por passagem aérea), a fim de atender a Câmara Municipal de Urupá em suas atividades externas.

3.2. Durante o credenciamento as empresas devem fornecer os seguintes serviços:

- 3.2.1.** Reserva;
- 3.2.2.** Emissão de bilhetes;
- 3.2.3.** Alteração/remarcação de bilhetes;
- 3.2.4.** Consulta e informação de melhor rota ou percurso;
- 3.2.5.** Consulta e frequência de voos;
- 3.2.6.** Consulta a menor tarifa disponível.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A descrição dos serviços a serem contratados neste processo contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

- 4.3. O serviço compreenderá a emissão, remarcação/alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais, assim como os serviços correlatos.
- 4.4. As credenciadas deverão estar aptas a iniciar a prestação dos serviços após a assinatura do contrato.
- 4.5. O serviço deverá ser executado tanto de modo presencial quanto remoto (e-mail e telefone).
- 4.6. O objeto credenciado compreende apenas ao fornecimento de passagens aéreas nacionais, reserva, emissão, marcação, remarcação e reembolso de bilhetes, conforme disposto nos parágrafos acima, devendo o credenciado ofertar a melhor proposta possível para a passagem com hora e local solicitada pelo setor demandante.
- 4.7. A **CONTRATADA** deve manter a disposição do **CONTRATANTE**, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados.
- 4.8. Caberá a empresa **CONTRATADA** realizar a procura, reserva e a aquisição do bilhete, para o dia e horário de interesse do adquirente, além de eventualmente marcação de assento e cancelamentos.
- 4.9. A agência **CONTRATADA** deve prestar assessoramento para melhor definição do itinerário, horário e frequência de voos partidas e/ou chegadas, melhores conexões e tarifas promocionais.
- 4.10. A **CONTRATADA** deverá encaminhar a cotação de horários e valores das companhias aéreas que operam o trecho pretendido de forma padrão a ser definida entre a **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, no prazo de **2 (duas) horas**.
- 4.11. As cotações serão realizadas com todas as empresas credenciadas até que uma delas ofereça o menor valor, e conseqüentemente seja a escolhida para efetuar o serviço da vez.
- 4.12. A **CONTRATADA** deve repassar integralmente todos os descontos promocionais das tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.
- 4.13. Fornecer, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhias aéreas.



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

4.14. Os bilhetes adquiridos deverão ser entregues pela **CONTRATADA** via e-mail fornecido pelo **CONTRATANTE**.

4.15. Apenas em casos específicos e livremente solicitado pelo **CONTRATANTE**, o bilhete deverá ser entregue de maneira impressa. Em casos extremos de falha sistêmica, o bilhete será entregue em mãos desde que comunicado previamente aos fiscais e gestores do contrato.

4.16. A **CONTRATADA** deverá responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrente do objeto contratado.

4.17. Fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados.

4.18. Efetuar de imediata correção dos problemas apontados em relação ao fornecimento de bilhetes de passagens.

4.19. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4.20. A qualificação técnica necessária para esta contratação será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.21. Também será necessário a declaração de empresas aéreas de operação com todo território nacional, de que está autorizada a comercializar os respectivos bilhetes de passagens aéreas e que se encontra em situação regular perante estas empresas.

O atestado deverá contar, obrigatoriamente:

1. Nome da empresa ou do órgão que fornece o atestado;
2. Endereço completo;
3. Manifestação acerca de qualidade do serviço prestado;
4. Identificação do responsável pela emissão de atestado;



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

5. MODELO DE EXECUÇÃO/ENTREGA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. Ofertar, sempre que solicitado, listagem atualizada na qual constem todos os voos, horários de partida e de chegada, designação das classes, incluindo escalas e conexões, aeroportos e valores, obtidas junto a todas as companhias aéreas atuantes no mercado nacional.

5.2. A presente contratação compreende a reserva, emissão, marcação e reembolso de bilhetes de passagens aéreas nacionais.

5.3. A entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante.

5.4. As passagens serão requisitadas de acordo com a necessidade das seções que formalizarão suas demandas, mediante o envio da Nota de Empenho correspondente.

5.5. As empresas credenciadas devem disponibilizar as seguintes facilidades, via agenciamento:

5.5.1. Reserva;

5.5.2. Emissão de bilhetes;

5.5.3. Alteração/remarcação de bilhetes;

5.5.4. Consulta e informação de melhor rota ou percurso;

5.5.5. Consulta e frequência de voos;

5.5.6. Consulta a menor tarifa disponível.

5.6. Entregar os bilhetes/passagens via e-mail ou, sendo o caso, fisicamente, por mensageiros da empresa **CONTRATADA**, devidamente identificados por crachás e/ou uniformes.

5.7. Reservar/emitir a passagem de menor preço, sempre que possível, dentre aqueles oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive os decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas, para horários compatíveis com a programação da viagem, após prévia determinação do **CONTRATANTE**.

5.8. Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada).



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

- 5.9.** Repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas.
- 5.10.** Fornecer, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.
- 5.11.** A execução dos serviços será iniciada logo após a assinatura do contrato.
- 5.12.** O valor da passagem aérea a ser cobrado pela **CONTRATADA** deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais regulamentadores.
- 5.13.** O órgão ou entidade pagará, ainda, à **CONTRATADA** o valor das passagens aéreas acrescido das taxas de embarque emitidas no período faturado.
- 5.14.** O pagamento corresponderá aos serviços efetivamente executados, no valor exato da utilização, respeitando-se os limites impostos em contrato.
- 5.15.** A **CONTRATADA** deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do serviço de agenciamento de viagens e outra com o valor das passagens aéreas, acrescido da taxa de embarque, discriminando os descontos promocionais de tarifas reduzidas.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1. Caberá ao Gestor do Contrato, as atribuições de:

- 6.1.1.** gerir a execução contratual;
- 6.1.2.** acompanhar e cobrar as ações de fiscalização efetuadas pelos fiscais;
- 6.1.3.** comunicar as possíveis anomalias, bem como as necessidades de prorrogação ou não dos contratos sob sua responsabilidade.
- 6.1.4.** fiscalizar a execução do presente contrato, de modo a que sejam cumpridas, integralmente, as condições constantes de suas cláusulas;
- 6.1.5.** comprovar e relatar por escrito as eventuais irregularidades;
- 6.1.6.** determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, podendo sustar a execução de quaisquer trabalhos, em casos de



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

desacordo com o especificado ou por motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

6.1.7. exigir que a **CONTRATADA** mantenha organizado e atualizado um sistema de controle relativo ao cumprimento de suas obrigações, assinado por seu representante e pelo fiscal indicado no caput desta cláusula ou por servidor por ele designado;

6.1.8. certificar a prestação de serviço no verso da nota fiscal/fatura.

6.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

6.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da **CONTRATADA** quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

6.4. O **CONTRATADO** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE** (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o **CONTRATADO** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6. A inadimplência do **CONTRATADO** em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

6.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. CRITÉRIOS DE MEDIAÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

7.1. O pagamento será por emissão de passagem, efetuado em até 3 (três) dias úteis da apresentação do relatório e da fatura, devidamente atestada pelo gestor do contrato, devendo ser apresentada pela **CONTRATADA** com antecedência mínima de até 10 (dez) dias de seu vencimento.

7.2. A **CONTRATADA** indicará, na Nota Fiscal/Fatura, de forma clara, simples e inequívoca, todos os valores que compõem o valor da passagem.

7.3. Para fins de remuneração a ser paga à **CONTRATADA**, tem-se que:

7.3.1. Passagem – engloba todos os trechos da viagem (o trecho de ida e o(s) trecho(s) intermediário(s) – caso seja necessário – trecho de volta, ou somente um dos trechos – nos casos em que isso represente toda a contratação da requisição).

7.3.2. A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será devida somente nos casos em que haja efetiva emissão das passagens, remarcação ou cancelamento, não sendo devido, pelo **CONTRATANTE**, qualquer valor à **CONTRATADA** pela mera realização de cotações, reservas sem emissão, assessoramento para escolha de voos e marcação de assentos.

7.3.3. As solicitações de reembolso de passagens não serão consideradas como serviço, para efeito de remuneração.

7.3.4. A remuneração a ser paga pelo serviço de agenciamento de viagens será apurada, exclusivamente, a partir do valor unitário ofertado pela prestação do serviço, multiplicado pela quantidade de serviços corretamente efetuados, conforme disciplinado no subitem 6.3.1.



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

7.4. Havendo diferença em desfavor do Poder Legislativo, entre o valor cobrado pelas passagens aéreas e o valor informado na nota fiscal, o **CONTRATANTE** solicitará a retificação da fatura. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, o desconto do valor pago a mais será efetuado na fatura subsequente.

7.5. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais.

7.6. A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, possuir conta bancária vinculada ao seu CNPJ, ficando o pagamento condicionado à informação dos dados dessa conta na nota fiscal ou fatura de serviços.

7.7. Para execução do pagamento, o **CONTRATADO** deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, em letra bem legível, em nome do setor demandante, o nome do Banco a ser creditado, e número da conta bancária e a respectiva Agência.

7.8. Na ocorrência da rejeição de Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no subitem 6.1 passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação, examinadas as causas da recusa.

7.9. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, até a data do efetivo pagamento. Contudo, se o inadimplemento da obrigação for provocado pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** ficará desobrigado de promover tal atualização monetária.

7.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)$$

365

TX = Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

8.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2. Declaração das empresas aéreas de operação com todo território nacional, de que está autorizada a comercializar os respectivos bilhetes de passagens aéreas e que se encontra em situação regular perante estas empresas.

8.3. O atestado deverá contar, obrigatoriamente:

8.3.1. Nome da empresa ou do órgão que fornece o atestado;

8.3.2. Endereço completo;

8.3.3. Manifestação acerca de qualidade do serviço prestado;

8.3.4. Identificação do responsável pela emissão de atestado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (*art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021*).

9.1. Ficará a cargo da Comissão Permanente de Licitação apontar no edital de licitação os documentos necessários básicos para o critério e seleção do fornecedor mediante a modalidade de licitação escolhida para realizar o certame, cabendo as secretarias apontar as certidões específicas de cada contratação ou aquisição.

10. VALOR DA CONTRATAÇÃO (*art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/2021*).



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

10.1. A estimativa do valor da aquisição é de **R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais)**, conforme o valor anual estipulado, baseado nos documentos em anexo no processo nº 54/2025.

10.2. Os valores das passagens aéreas variam muito conforme as especificações da mesma. Por este motivo, ao credenciar empresas de agenciamento de viagens, a Administração busca realizar a cada passagem solicitada nova cotação, afim de ampliar a competitividade das empresas durante a vigência de contrato e gerar mais economicidade ao município.

10.3. Por se tratar de valores que mudam constantemente, não é possível realizar cotações no mercado para conseguir uma média real do valor da contratação. A melhor forma para estipular um valor justo é usar das informações previstas no DFD, e assim chegar a uma margem aproximada da real demanda.

10.4. O valor estimado foi baseado no preço aproximado de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por passagem (ida e volta).

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

11.1. Prestar os serviços transacionais de emissão, reemissão (alteração/remarcação) e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais.

11.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades.

11.3. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, assim como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da realização desses.

11.4. Responder inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos e referentes aos serviços oriundos da contratação.

11.5. Manter, durante a contratação, a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, a prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal e a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas devidamente atualizados.



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

11.6. Considerar que a ação de fiscalização do Poder Legislativo não exonera a empresa a ser **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

11.7. Prestar serviços por meio de profissionais qualificados.

11.8. Tratar com urbanidade e respeito a qualquer servidor que esteja autorizado a constatar a empresa para solicitação de serviços, bem como os eventuais beneficiários de passagens aéreas, em caso de necessidade de contato com eles.

11.9. Providenciar a emissão de bilhetes e ordens de passagens, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamento e outras atividades correlatas, com endosso e entrega conforme estabelecido nesta peça

11.10. Prestar assessoramento para a definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e tarifas promocionais, procedendo, ainda, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, à filtragem dos resultados por meio de critérios diversos, tais como horários de embarque e desembarque, duração de voo, escalas, conexões, classes, aeroportos, dentre outros.

11.11. Nas hipóteses de solicitação, pelo **CONTRATANTE**, apenas do procedimento de reserva (sem o requerimento de imediata emissão de passagens aéreas), a **CONTRATADA** deverá efetuar, no período de segunda-feira a sábado, de forma automática – sem necessidade de nova solicitação por parte do **CONTRATANTE** – a sua tempestiva renovação, observadas as regras das companhias aéreas, de modo a garantir que as reservas efetuadas sejam renovadas/refeitas durante toda a semana, não podendo haver cobrança de qualquer valor, ao **CONTRATANTE**, pelos procedimentos de reserva e de renovação de reserva, por parte da **CONTRATADA**, sendo devida a respectiva taxa de agenciamento apenas pela eventual emissão da passagem correspondente.

11.12. A entrega dos bilhetes de passagens aéreas nacionais deverá ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação direta do requisitante.

11.13. Proceder, no momento do envio de bilhetes de passagem ao **CONTRATANTE**, à remessa do detalhamento, em língua portuguesa, das regras relativas às passagens então



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

emitidas, sobretudo em relação aos valores e/ou percentuais a serem eventualmente cobrados e/ou reembolsados em caso de alteração, cancelamento e demais eventualidades;

11.14 Emitir, remarcar e cancelar os bilhetes, bem como, quando solicitado, efetuar a marcação de assentos indicados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de inoperância do sistema, deverá adotar as providências anteriormente elencadas, junto aos balcões das companhias aéreas do aeroporto.

11.15. Nas hipóteses de emissão, com posterior cancelamento/alteração, em que as empresas aéreas não cobrem valores ou multa por cancelamento/alteração de bilhete, a **CONTRATADA** deverá repassar o referido benefício ao **CONTRATANTE**, não devendo haver cobrança a esse respeito.

11.16. A cobrança de taxa/multa de cancelamento e/ou alteração de bilhetes pela **CONTRATADA** deverá vir acompanhada de demonstrativo detalhado da respectiva companhia aérea.

11.17. Observar, rigorosamente, as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

11.18. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** na execução do contrato.

11.19. Remeter passagens via e-mail.

11.20. A **CONTRATADA** deve manter a disposição do **CONTRATANTE**, a qualquer momento, das 8h às 18h, de segunda a sexta, funcionários para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços contratados.

11.21. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender.

11.22. Fazer desdobramentos, cancelamentos, substituições e reembolsos de bilhetes não utilizados pelo **CONTRATANTE**, sendo que, em caso de alteração de tarifa, a **CONTRATADA** promoverá a compensação de valores, tanto como crédito, ou como débito, enviando o documento comprobatório pormenorizadamente detalhado de valores para o **CONTRATANTE**.



PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

Palácio Dr.^a Elaine M^a Altafim

11.23. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.24. Cumprir o prazo de execução e demais condições contratuais.

11.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 23 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

11.26. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.27. Assumir a responsabilidade por prejuízos causados ao Município de Urupá/RO por negligência, imperícia ou imprudência.

11.28. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

11.29. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.30. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.31. Paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.32. Submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

11.33. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. DO REAJUSTE.

13.1. O preço manter-se-á fixo durante a contratação, apenas com variações de valores a cada passagem solicitada, havendo ampla cotação entre as credenciadas.

14. DO PARCELAMENTO E SUBCONTRATAÇÃO.

14.1. Tendo em vista a natureza indivisível do objeto que compõe a presente licitação, não haverá parcelamento ou subcontratação.

15. DO CREDENCIAMENTO.

15.1. O fornecedor será selecionado mediante **CHAMAMENTO PÚBLICO**, conforme **art. 81, da Lei n. 14.133/2021**).

15.1.1. Caso julgue que a modalidade apontada não seja a mais adequada, a Comissão Permanente de Licitação, fundamentará nos autos e realizará o certame de acordo com a modalidade que for mais viável para a Administração.

15.2. Poderão participar deste chamamento público os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Termo de Referência, do edital e seus anexos.

15.3. Não poderá participar do credenciamento as empresas que:

15.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou distrital;

15.3.2. Estejam sob regime de concordata ou falência;

15.3.3. Em consorcio ou associação de acordo com Art. 15 da Lei nº. 14.133/2021, bem como que esteja impedida de participar de licitações nesta prefeitura.

15.4. O credenciamento está aberto para qualquer agência que queira participar, desde que cumpra com os requisitos mínimos previsto neste TR e no Edital



Palácio Dr^a. Elaine M^a Altafim

PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ-RO

15.5. Neste credenciamento, não há comprometimento em dividir o valor da contratação em partes iguais entre as credenciadas.

15.6. É possível que ao final do contrato uma ou mais empresas não tenham garantido a venda de passagens aéreas, já que este órgão busca o menor valor ofertado pelas credenciadas, eximindo-se da responsabilidade de adquirir passagens com valores acima do que já foi ofertado.

15.6.1. O motivo para extinguir a responsabilidade de dividir o serviço em iguais parcelas as credenciadas, é a economicidade que se espera gerar ao estimular a competição entre elas.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/2021).

16.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão com a Programática 01.001.01.031.0011.2.025, e Elemento de Despesa, 3.3.90.33.00.00 – Passagem e despesas com locomoção, Desdobramento 96

17. CONDIÇÕES GERAIS.

17.1. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.

Urupá, 25 de agosto de 2025

Tayná T. Santos Cavalcante
Diretora de Compras e Licitações